

Futuro da economia depende das eleições

CORREIO BRAZILIENSE

9 NOV 1986

Brazil

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O destino do Plano Cruzado está ligado à correlação de forças políticas que emergirão das eleições de 15 de novembro. Duas correntes de opiniões debatem-se dentro do governo quanto à melhor forma de promoção das mudanças e ajustes de rota no Plano Cruzado. Uma está ligada à defesa de medidas ortodoxas, corte de gastos públicos, contenção dos salários, manutenção dos juros altos, para segurar o consumo. A outra entende que o equilíbrio entre salários e lucros promovido pelo Plano Cruzado não deve ser alterado, para não gerar tensões políticas e crescente mobilização sindical.

As medidas ortodoxas têm como principais defensores os economistas do Banco Central. Preocupados com a deterioração do balanço de pagamentos, que tende a consumir as reservas cambiais em ritmo crescente, os três principais diretores do Banco Central, André Lara Resende, diretor da Dívida Pública, Luis Carlos Mendonça de Barros, diretor de Mercado de Capitais, e Périco Arida, diretor da Área Bancária, estão alinhados na defesa de medidas que, no Ministério da Fazenda, são consideradas excessivamente duras.

A principal delas é a política de contenção do crédito, através de uma política monetária aberta. Nos dois últimos meses do ano, a emissão de moeda deverá oscilar entre 2% e 2,5%, nível que está contribuindo para elevar as taxas de juros. Não há, inclusive, consenso entre o Banco Central e o Ministério da Fazenda sobre as razões do aumento exagerado dos juros, na última semana.

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, e o diretor de Mercado de Capitais do BC, Luis Carlos Mendonça de Barros, argumentaram, na quinta-feira que o mercado é o responsável pelo aumento das taxas. Estaria havendo uma demanda muito grande por crédito, o que aumenta a disputa e eleva os juros.

Luis Gonzaga de Mello Belluzzo, chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda, admitiu que a política monetária aberta, colocada em prática no final do mês passado e ratificada pela última reunião do Conselho Monetário Nacional, representou o sinal para o aumento dos juros.

O aumento dos juros, portanto, segundo a ótica da Fazenda, não decorre de uma situação de mercado,

mas de uma ação deliberada do governo para conter o consumo. Está na base da decisão, ainda, a necessidade de o governo emitir cerca de Cr\$ 28 bilhões de títulos da dívida pública para cobrir despesas do go-

verno, de forma a permitir um déficit em torno de 2,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) até o final do ano.

A nova política monetária, na opinião das autoridades econômicas, produzirá paralelamente ao esfriamento do consumo, um aumento da poupança. André Lara Resende considerou — logo após a última reunião do CMN — que o rendimento dos Certificados de Depósito Bancário (CDBs) estava baixo. Quatro dias depois, o Banco Central jogou as taxas de juros no mercado aberto para cima, influenciando os demais segmentos, fato que elevou os rendimentos dos CDBs de cerca de 45 a 50 por cento para 64 por cento.

Quando as taxas de juros cairão? Essa pergunta dividiu as opiniões do ministro Dilson Funaro, da Fazenda, e Fernão Bracher, presidente do BC. Funaro considerou que as taxas atingiram patamar muito alto e a tendência, de agora em diante, será de queda. Fernão Bracher, porém, disse o contrário, que os juros altos vão continuar, não há data para recuo. Luiz Gonzaga Belluzzo completou que os juros altos não é bom sinal e o aumento da poupança não pode depender somente da ação isolada da política monetária. Em resumo, quanto aos juros parece não haver consenso entre as autoridades econômicas.

GASTOS PÚBLICOS

Existe, entre os economistas do governo, o consenso de que os gastos do setor público precisam ser reduzidos. Não existe o consenso, porém, sobre o nível ideal de redução dos gastos.

Luiz Gonzaga Belluzzo, na quinta-feira, disse ao CORREIO, que é preciso promover redução dos incentivos fiscais e nos subsídios ao trigo, ao açúcar e ao álcool. Por ano, o governo gasta, com incentivos fiscais, Cr\$ 80 bilhões, com o trigo, Cr\$ 23 bilhões, e com o açúcar e o álcool, Cr\$ 6 bilhões, aproximadamente.

O chefe da assessoria econômica também considera que seria ideal uma redução nos gastos com pessoal. Julga, entretanto, delicada uma decisão nesse sentido, principalmente diante da previsível vitória esmagadora do PMDB nas eleições. De qualquer forma, considera urgente promover a reforma administrativa, mas admite que o assunto é polêmico e o mesmo deverá ser discutido e solucionado gradualmente, dado o teor político que o envolve.

SALÁRIOS

A contenção dos gastos somente será possível com redução dos salários. A alternativa de cobrança de mais imposto de renda está descartada pelo presidente José Sarney. De qualquer

forma, está previsto que o contribuinte — pessoa física e jurídica — deverá, mesmo, pagar mais IR no próximo ano, devido ao reajuste de 110 por cento da tabela progressiva do IR, quando o previsto era de 130 por cento, para atender o índice inflacionário registrado de setembro de 1985 a julho de 1986.

Mas, se está descartada a hipótese de aumento do IR na fonte, outra alternativa de arrocho salarial está em estudo. Trata-se da manipulação do cálculo da inflação. Cogita-se da adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como o índice oficial para apurar a inflação mensal, em substituição ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ampliado, adotado oficialmente após o Plano Cruzado. O INPC apura os preços da cesta básica de alimentos referente à faixa salarial de um a cinco salários mínimos. Já o IPC ampliado cobre os preços consumidos pela faixa abrangente de um a trinta salários mínimos. Caso seja adotado oficialmente o INPC, os que percebem acima de seis salários mínimos terão seus ganhos salariais reduzidos, pois os aumentos de preços consumidos por esses assalariados não se refletirão no índice de preços.

Inicialmente, Luis Gonzaga de Mello Belluzzo considerou que essa medida, cuja paternidade é do economista Chico Lopes, do Ministério do Planejamento, seria inconveniente, pois geraria turbulências. Mas, agora, ele entende que mudanças nesse sentido cabe ao IBGE, o responsável pelo cálculo da inflação. O próprio ministro Dilson Funaro, que, inicialmente, desfez a medida, na última quinta-feira, indagado sobre a possibilidade de a mesma vir a ser adotada, respondeu apenas que, por enquanto, não se fala no assunto.

DESCONGELAMENTO

A romaria de empresários rumo ao Ministério da Fazenda, na última semana, cresceu bastante. Todos — Roberto Vidigal, presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (Abidip), Luis Carlos Delben, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq), Aldo Lorenzetti, presidente da Associação Brasileira de Indústrias de Eletroeletrônico (Abinee) e Cesário Amaro da Silveira, presidente da Associação Brasileira de Indústrias de Ferragens (Abifer) —, sem exceção, reivindicaram do ministro Funaro descongelamento dos seus preços.

Reclamaram que, mantido o atual congelamento, dificilmente o governo obterá dos empresários a resposta favorável a novos investimentos. O governo não pensa em descongelar, embora cogite de oferecer compensações fiscais em caso de preços defasados.

Ao lado das reivindicações dos empresários privados, os diretores das empresas estatais fizeram reivindicações semelhantes,

em favor do aumento das tarifas estatais.

Os resultados das eleições, no entanto, é aguardado com grande expectativa pelos economistas oficiais. Os aliados partidariamente ao PMDB entendem que o Plano Cruzado promoveu um aumento dos salários em níveis superiores ao aumento dos lucros dos empresários. Essa correlação entre lucros e salários não pode ser alterada em prejuízo dos assalariados, dizem, com base na resposta previsível que o eleitor dará no próximo dia 15, em favor, como diz Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, do aprofundamento das mudanças.

Os ajustes do Plano Cruzado, tendo em vista tais argumentos, estarão condicionados ao resultado das eleições. Como o PFL, defensor de ajustes drásticos, poderá sair minoritário em relação ao PMDB, e a vitória de Brizola é levada em conta, as linhas dos ajustes permanecem, por enquanto, em compasso de espera.